

Noam Chomsky

The new military humanism – lessons from Kosovo. Monroe, Common Courage Press, 1999.

João Roberto Martins Filho (professor de Ciência Política da UFSCar).

Desde os tempos da *Iliada* – onde Páris é chamado de “covarde”, porque sua arma típica era o arco – aqueles que, na guerra, preferiam matar à longa distância eram vistos como soldados de segunda categoria. Como cantavam gregos e romanos, o verdadeiro herói suplanta o inimigo em confrontos nos quais os contendores corriam igual risco. Não por acaso, a lança era considerada a arma por excelência entre os antigos; os guerreiros medievais apresentavam os torneios de arco e flecha somente como distração secundária dos torneios de cavalaria e as armas de fogo, durante séculos, foram desprezadas por permitir ao atirador ferir o inimigo sem risco próprio.¹

Também por este ângulo, a recente intervenção militar na Iugoslávia merece um lugar especial na história da guerra. E, no entanto, por toda parte ouviram-se louvores à eficácia dos comandantes da OTAN, chefiados por Clinton, Blair – e outros “líderes mundiais” menos famosos –, porque mandaram chover sobre a Sérvia, semana após semana, as sofisticadas flechas contemporâneas, disparadas de tal distância e com tal margem de segurança que seria necessário ressuscitar Homero para fazer justiça a esse novo tipo de covardia em “combate”.

O motivo do esquecimento foi, como se sabe, um só: a guerra de 1999,

como nos explicaram à exaustão autoridades, jornalistas e intelectuais, foi um caso diferente. Feita pelos poderosos, seu objetivo foi defender os indefesos. Nesse sentido, o tom das declarações de apoio pode ser sintetizado nas palavras de Vaclav Havel ao *New York Review* de 10-6-99, reproduzidas por Chomsky na página 88 de seu livro: “Há algo que nenhuma pessoa razoável pode negar: esta é provavelmente a primeira guerra que não foi movida em nome de ‘interesses nacionais’, mas em nome de princípios e valores”.

É contra essa tese que se ergue Noam Chomsky em *The New Military Humanism*. Para ele, a justificativa para a intervenção de março de 1999 na Iugoslávia é a mais recente versão do esquema de vestir os rudes interesses das grandes potências com as vistosas vestimentas dos valores universais. Nesse sentido, não há nada de novo entre o céu e a terra.

Como lembrou em outro livro Giovanni Arrighi, a dominação mundial das grandes potências jamais dispensou o recurso à hegemonia, vale dizer, à “capacidade de alegar com credibilidade que (sua) expansão (...) servia não apenas a seu interesse nacional, mas também a um interesse ‘universal’”.² De tal modo, no século XIX, o Reino Unido foi o mais sonoro porta-voz do livre-cambismo, os EUA do presidente Wilson o defensor do

¹ Como se pode ler em Ariosto, Cervantes, Shakespeare e Milton. Ver Martin Van Creveld, *The transformation of War*, New York, The Free Press, 1991, p. 80 e segs.

² *O longo século XX*, Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1996, p. 56.

unimundismo e a potência norte-americana atravessou a guerra fria fazendo-se passar por paladina do “mundo livre”.³

No entanto, o livro parece apontar para um outro aspecto: a julgar pela lista de intelectuais progressistas que apoiaram a guerra, o humanitarismo teve estréia mundial bem-sucedida. Por isso, Chomsky leva o argumento humanitário a sério, vale dizer, como ideologia que merece ser examinada com rigor e criticada com minúcia. Assim, mais do que simples farsa e argumento justificatório, o *humanismo militar* seria, neste final de milênio, o mais sério candidato à ideologia hegemônica do século que se avizinha.

Para o autor, o novo ideário apresenta-se escorado em dois alicerces: por um lado, a idéia de que o mundo pós-guerra fria se divide em dois campos: um pequeno grupo de nações “esclarecidas” e civilizadas (o Norte) e o resto (o Sul, com seu cortejo de nações desordeiras e pouco confiáveis). Para esta imensa maioria dos países, os antigos princípios de soberania e autonomia nacionais perderam totalmente o valor. As próprias noções de direito internacional e de um quadro de arbitramento centrado na Organização das Nações Unidas estariam ultrapassadas.

Por outro lado, o humanitarismo como ideologia vem acompanhado de um imenso esforço da mídia para silenciar as vozes discordantes, que procura expor ao ridículo qualquer intelectual que ouse duvidar das boas intenções de Bill Clinton e Tony Blair. O argumento principal aqui é que não é possível recorrer aos acontecimentos internacionais do período anterior aos anos 90 para denunciar os EUA e seus aliados. No mundo

atual – como disse Havel –, não mais vigoram os interesses. Trata-se de uma nova era, que deve ser analisada dentro de limites temporais bastante precisos.

Grande polemista e excelente filósofo, Chomsky aceita na maior parte do livro este limite. Exime-se assim repetidas vezes de analisar o histórico de violações dos direitos humanos dos países “esclarecidos”. Enfrenta o debate com as armas propostas pelos adversários.

Assim, de início, a pequena obra centra-se no surgimento do novo humanitarismo e defende dois pontos-chaves: 1) o ataque à Iugoslávia foi o motivo efetivamente desencadeador da faxina étnica movida por Milosevic contra os kosovares e 2) a guerra aumentou em escala vertiginosa as baixas no lado sérvio e no lado albanês. Das três opções possíveis diante de situações de violação flagrante dos direitos humanos – a) agir para agravar; b) ignorar a situação e nada fazer e c) mitigar a catástrofe – os EUA e a OTAN escolheram a primeira.

Em seguida, Chomsky faz um histórico da situação na Iugoslávia e no Kosovo na década anterior à guerra. Mostra como a marginalização do problema kosovar na conferência de Dayton (1995) – realizada sob hegemonia dos EUA – levou à radicalização do conflito e ao fortalecimento da alternativa violenta pregada pelos guerrilheiros do Exército de Libertação do Kosovo (ELK). Este, por sua vez, optou claramente pela estratégia de atrair a OTAN para o conflito. O massacre de Racak (15-1-99) forneceu o pretexto final para a intervenção humanitária.

O livro expõe depois as incongruências dos Estados Unidos como campeão

³ Idem, p. 66 e segs.

do humanitarismo. Para ficar apenas nos anos 90, cita o apoio ao sangrento regime da Turquia – o maior comprador de armas do mundo –, a falta de uma atitude clara contra as medidas da Indonésia no Timor Leste, a política americana na Colômbia, a vigorosa recusa dos EUA em assinar o tratado internacional contra as minas terrestres, o abandono da África, entre outros exemplos. Em suma, um humanitarismo de fachada, que desaparece diante de atitudes de países aliados ou de temas que contrariam os interesses da superpotência. Feitas as contas, são raríssimos – e quase sempre acontecem de forma não intencional – os casos de intervenções militares com conseqüências humanitárias.

Por outro lado, ao violar o sistema vigente de direito internacional, a guerra de 1999 abriu um perigoso precedente. Antes da intervenção, os próprios aliados europeus – com a exceção óbvia da Grã-Bretanha – criticaram o belicismo de Madeleine Albright no encaminhamento da questão do Kosovo. Depois da paz, ficaram evidentes os intuitos dos EUA de não aceitar limites impostos pela ONU à força da OTAN no Kosovo. A unanimidade produzida na mídia mundial preferiu, no entanto, ignorar que a proposta apresentada na conferência de Rambouillet no início de 1999 significava na prática a aceitação pela Iugoslávia de uma intervenção militar da OTAN no Kosovo. Para complementar essa estratégia de silêncio, a proposta alternativa da Assembléia Nacional da Sérvia desapareceu completamente no debate sobre os antecedentes da guerra. De tudo isso, chega-se à conclusão de que não interessava aos EUA explorar a via diplo-

mática. Seus interesses apontavam para a guerra, com o objetivo de fortalecer a OTAN, submeter o vilão Milosevic – e o incômodo exemplo de independência da Sérvia – e mostrar os músculos da superpotência, conseguindo de quebra evidenciar aos americanos que não é hora de desarmar o arsenal construído pelos EUA durante a guerra fria.

Assim, as duas grandes heranças do episódio da Iugoslávia foram o precedente de intervenção à revelia do Conselho de Segurança da ONU e a eficácia do humanitarismo como ideologia hegemônica no limiar do século XXI. O livro termina com citações de algumas vozes dissidentes em cantos afastados do mundo: na Índia, no Egito e em Israel raros intelectuais tentaram mostrar os riscos colocados pela doutrina dos países “esclarecidos”.

De resto, a própria marcha dos acontecimentos desnudou recentemente o novo humanitarismo. No começo de julho deste ano, a BBC de Londres levou ao ar ampla reportagem sobre o relatório da comissão que examinou as condições que cercaram o massacre de Ruanda, em 1994. A principal conclusão: os Estados Unidos e a França poderiam ter evitado o massacre, se apenas fizessem valer sua influência. Clinton e Albright, ainda assombrados pelo episódio da morte de dezoito soldados americanos na Somália, deixaram os africanos à sua própria sorte. Indignado, um dos membros da comissão afirmou: “Pessoalmente, eu gostaria de saber como a senhora Madeleine Albright pode conviver com essas constatações”. A resposta talvez seja simples: guardando antes de deitar a roupa vistosa do humanitarismo. E dormindo o sono dos justos.

FILHO, João Roberto Martins. Resenha de: CHOMSKY, Noam. The new military humanism – lessons from Kosovo. Monroe: Common Courage Press, 1999. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 139-141.

Palavras-chave: Intervenção militar; Iugoslávia; Guerra; Humanitarismo.